

ACTA N° 03/2009

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E NOVE. -----

Aos oito dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Abril destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

--

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 17/02/09 a 03/04/09. -----

Ponto 2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas 2008 – Relatório e Contas; -----

-

Ponto 3 – Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e do Orçamento CMI 2009; -----

Ponto 4 – Apreciação e Votação do Protocolo entre o Município de Ílhavo e a Junta de Freguesia de São Salvador (Ílhavo) para a Gestão do Mercado Municipal de Ílhavo; -----

--

Ponto 5 – Apreciação e Votação do Regulamento da Comissão Municipal de Protecção Civil; -----

Ponto 6 - Apreciação e Votação do Regulamento Municipal das Florestas; -----

-

Ponto 7 - Apreciação e Votação da Alteração do regulamento Municipal de Actividade de Comércio a Retalho exercida por feirantes. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

-

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoi, Marcos Ré, Margarida São Marcos e Paulo Costa. Estiveram ausentes os Vereadores João Oliveira e António Pedro Martins. -----

FALTAS: -----

Nuno Torres, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Amândio Pereira. -----

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Maria de Fátima Bola.

Humberto Rocha, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de se encontrar ausente do País. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista José Costa. -----

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo Secretário da junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, José Margaça Nunes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo faltado o membro Hugo Coelho e tido a presença de: António Neves Vieira, José Costa, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Soares, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Pata, Amândio Pereira, Maria Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira,

Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, José Margaça, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Acta n.º 08/2008: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com o voto contra do membro da CDU, José Loureiro. -----

Acta n.º 09/2008: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

--

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Eduardo Ferreira: Comenta que tem verificado que tem havido troca de acusações entre o PSD e PS em matérias relacionadas com o CASCI. Entende que esta instituição deve ser respeitada e apoiada para continuar a Obra iniciada pela sua Fundadora, para responder aqueles que mais necessitam. -----

-

Encontrando-se em ano de eleições, onde diz serem apresentadas muitas promessas, pergunta qual o ponto de situação daquela que diz respeito à construção de um novo Quartel de Bombeiros, visto que são várias as justificações para o seu adiamento, nomeadamente a Lei, excesso de área ou a idade do actual edifício. -----

Pedro Parracho: Destacando a crise mundial, e as tantas reformas avançadas pelo Governo, verifica que tudo se encontra estagnado, exemplificando com áreas tão diversificadas como: Na Saúde, em que continuam a haver muitos medicamentos não comparticipados e a existir longas listas de espera em cirurgias e em falta de médicos; Na Educação, obtêm bons resultados estatísticos através das Novas Oportunidades que atribuem cursos rápidos equivalentes ao 9.ºano de escolaridade, bem como o parco apoio aos estudantes universitários, tanto em saídas profissionais como em apoio económico; Na Justiça, depara-se com a desorganização da estrutura ministerial e dos ser serviços, bem como na prolongada análise de casos mediáticos, como Casa Pia, Freeport, Apito Dourado, entre outros, levando a que ninguém dentro do sistema penal possa ser condenado de algo. Perante isto, diz que a população começa a impacientar-se, deixando que tenham apenas controle das instituições públicas do Estado e pressão na comunicação social. -----

Flor Agostinho: Congratula-se com o regresso do antigo Lugre Argus ao cais de Bacalhoeiros da Gafanha da Nazaré, adquirido pela empresa Pascoal que pretende recuperá-lo para uso turístico em conjunto com o Navio Santa Maria Manuela, representar um importante contributo para a dinamização das actividades relacionadas com o mar, símbolo da história marítima dos ilhavenses. -----

--

Através da imprensa regional, obteve conhecimento que a Câmara Municipal pretende iniciar um processo de alteração ao PDM numa área de intervenção de 30 hectares, por forma a possibilitar a edificação de um conjunto de equipamentos do futuro Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro. Apesar de não serem referenciados os montantes financeiros envolvidos, por ser matéria da candidatura aos Fundos

Comunitários do QREN, congratula-se por este investimento no Concelho, visto que será relevante para o seu futuro e para o da região do Baixo-Vouga, com implantações de novas empresas internacionais na vertente prática. Diz que será um investimento indutor de criação de emprego e surgimento de novas empresas em emprego qualificado. Aguarda que este projecto venha à discussão da Assembleia Municipal, por entender ser de grande importância. -----

--

Nesta matéria, destaca também a alteração do PDM para promover a construção de um novo Lar Residencial do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré, enaltecendo o investimento nesta área, visto o Concelho ainda deter algumas carências no apoio à 3.ª Idade. -----

-

Assim, solicita explicações destas três matérias que trarão investimento ao Concelho. -----

Mário Júlio: Faz referência às obras na A25, junto à Friopesca, visto que têm provocado alguns constrangimentos no tráfego, questionando qual o tipo de intervenção e prazo de execução. -----

Francisco Granjeira: Sobre o PDM, Plano de Pormenor da Encarnação questiona o prazo de conclusão da sua alteração. -----

Dado o agravamento do estado de conservação do Caminho do Praião, pergunta para quando a sua requalificação. -----

No que respeita à Biblioteca Municipal, pergunta se o diferendo com o dono do imóvel está resolvido e que passos foram dados para a resolução da situação. -----

Questiona a previsão para dar início às obras da 2.ª Fase o Saneamento Básico da Gafanha da Encarnação e Carmo. -----

Dado a situação prevalecer, diz que continuará a destacar a falta de acesso de deficientes às instalações da Repartição de Finanças até ser resolvido. -----

Diz ter tido conhecimento da ruptura do emissário submarino entre o Monte Farinha e São Jacinto, ficando a verter durante mais de quinze dias, chamando à atenção que dever-se-ia apelar à entidade competente para a resolução rápida do problema. -----

José Loureiro: Solicita informações sobre os processos que a Câmara Municipal tem a decorrer em Tribunal, o seu Inventário, bem como cópia do protocolo entre a Câmara Municipal e a Vista Alegre, SA. ---

Tece comentários sobre as obras na ponte da A 25, junto à Friopesca, que causa incómodo e prejuízo aos que residem nas imediações e àqueles que nos visitam e por isso sugere que os trabalhos da obra devessem ser alargados também para os fins-de-semana. -----

--

Recorda que anteriormente propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento para que junto da APA se pudesse discutir a criação do monte de areia, tendo sido chumbada pela Assembleia, pois tinha sido informada que no prazo de um ano o Monte iria ser retirado. Conclui que passados três anos, ele continua no mesmo local e a incomodar a população. Pergunta qual o resultado das análises ao monte de areia, visto que foi recusada a sua utilização nas Praias. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Lamenta que os partidos da oposição utilizem como argumento político a falta de seriedade e de falta à verdade pelo Executivo em funções. Em exemplo disso, destaca matérias relacionadas com o CASCI, conforme enunciado pelo membro Eduardo Ferreira, respondendo que a Câmara Municipal tem cooperado com a nova direcção desta instituição, em matérias da sua actividade social e em investimentos futuros. Outro

exemplo, diz respeito ao Quartel de Bombeiros reiterando que a inoperância tem sido do Governo, na medida em que a legislação em vigor no início do processo foi alterada. Assim, também as novas regras de construção de Quartéis de Bombeiros foram alteradas, obrigando a reformular todo o processo, onde a Câmara dispôs de apoio técnico, no sentido de se obter apoio de Fundos Comunitários e daí a nova exigência de cumprimentos de normas obrigatórias. Neste sentido, a aquisição dos terrenos ficou parada, havendo unicamente sequência do processo de expropriação dos mesmos. -----

-
Responde ao membro Flor Agostinho que também se congratula com a requalificação do navio Argus, lamentando que outros exemplos não aconteçam, referindo que o N.T.M “Creoula” está parado, tendo a Marinha Portuguesa cancelado todas as viagens para 2009 conforme fez em 2001, impedindo a cultura do mar. -----

Houve negociações de alguns anos com a Universidade de Aveiro, no sentido de assumir projectos e investimentos, e este Parque de Ciência e Inovação é prova disso. Ele é liderado pela Universidade de Aveiro, sendo o envolvimento das Câmaras Municipais de Ílhavo e Aveiro liderado pela primeira e da qual a sua gestão ficará interligadas às áreas de acolhimento empresarial e incubadora de empresas da Universidade dos municípios membros da CIRA e de outras empresas que reconhecem e valorizam este projecto. Diz que tudo se resume a uma actividade de investigação e desenvolvimento de competências da Universidade com as das empresas, sendo este o único existente que será contíguo a um Campus Universitário. -----

Assim, a alteração do PDM abrangerá este equipamento e o Lar do Centro de Dia do Centro Social e Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré, onde haverá uma participação preventiva, em que os cidadãos farão nota do que acharem por conveniente e a concertação das entidades a dar parecer formal, o qual termina com a apresentação deste processo à Assembleia Municipal. -----
Quanto à situação das obras da ponte da A25, junto à Friopesca, explica aos membros Mário Júlio e José Loureiro que houve cedência de terrenos que provocaram danos no troço, e por isso, a AENOR, empresa responsável deu início à sua reabilitação. -----

Quanto ao monte areia, entende que houve zonas afectadas pela mesma devido aos ventos, indicando que aguarda pelo relatório de monitorização da APA, trabalhando afincadamente no POLIS da Ria para utilizar aquela areia. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções dos membros, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Flor Agostinho: Questiona qual o grau de comparabilidade entre o futuro Parque da Ciência e Inovação e o Taguspark. -----

Eduardo Ferreira: Agradece o envio de cópias dos Contratos de Regularização de Dívida Extraordinária, dizendo que preferia ter conhecimento de documentos com rubricas das entidades envolvidas. -----

Findas as intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Explica ao membro Flor Agostinho que por o processo do parque da Ciência e Inovação se encontra no início, indica que há matérias confidenciais e por isso somente poderá esclarecer que este Parque tem uma grande vantagem

em relação ao Taguspark, que é a sua localização. Isto é, o Taguspark teve de ser deslocalizado, criando desagrado aos seus docentes e alunos do Técnico e este será contíguo ao campus universitário. -----
Esclarece que a cópia apresentada é o mesmo documento apresentado em reunião de Câmara, sendo as minutas dos contratos apresentados e a recolha de assinaturas posterior para apresentação ao Tribunal de Contas. Termina dizendo após o processo obter o visto do Tribunal, o mesmo será apresentado à Assembleia Municipal. -----

Foi apresentado à Mesa uma Moção pelo membro da CDU, José Loureiro, conforme se transcreve: ---

“Considerando que a Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, representa uma das mais lídimas representantes da Cultura Ilhavense: -----

Considerando que ao longo de 109 anos, muitos foram aqueles que, com o seu amor, o seu trabalho e a sua dedicação na defesa dos nossos costumes, bem longe levaram o Bom Nome Desta Terra Maruja, propomos: -----

Que esta Assembleia Municipal aprove um voto de louvor e de agradecimento a todos aqueles que a esta Instituição dedicaram e dedicam grande parte da vida. -----
Ílhavo, 8 de Abril de 2009 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro“-----

De seguinte foi submetido a votação a sua admissibilidade para discussão, tendo sido aprovado por maioria com o voto contra do membro Rufino Filipe. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para intervirem sobre a Moção apresentada, pelo que se inscreveram: -----

Rufino Filipe: Justifica o seu voto contra nesta e noutras moções idênticas, argumentando especificamente sobre esta que, apesar de reconhecer o serviço prestado pela Banda do Bombeiros, entende que é desadequado o conteúdo da moção, realçando que recentemente esta associação foi já agraciada pela Câmara Municipal. -----

José Loureiro: Informa que apresentou esta moção, porque entende que a Banda dos Bombeiros merece o respeito e o agradecimento de todos os ilhavenses, representados pelos autarcas. Reforça a ideia de que, como autarca, deve reconhecer e agradecer o trabalho comemorativo de todas as associações que toma conhecimento. -----

Estranha a postura de contradição do membro Rufino Filipe, visto que em relação à anterior moção que fazia menção ao trabalho comemorativo das instituições Ilhavense e o Illiabum, visto que embora tenha votado contra a mesma, publicou no Jornal Ilhavense um voto de agradecimento da Junta de Freguesia a que preside. -----

Justifica a apresentação desta moção, dizendo que para terceiros não entenderem que estaria a omitir actividades comemorativas de determinadas associações, procedeu à apresentação da referida moção. --

Flor Agostinho: Esclarece que para além de assumir funções de autarca, também assume funções, há onze anos, de Presidente da Associação da Banda da Musica Nova. -----

-
Apesar de assumir estas funções, indica que terá a postura semelhança à votação de outras moções, dado não concordar com tais. Por isso, votará contra esta, explicando que todas as associações merecem reconhecimento. No entanto, esta postura será justificada perante os associados e executantes da instituição. -----

Dado lhe ter sido recusado a intervenção para Defesa da sua Honra após solicitação e na sequência da votação da Moção, o membro José Loureiro ausentou-se da sala desde as 22H45 até ao encerramento da reunião, não tendo participado já nesta votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi chumbada por maioria com quinze votos contra do PSD e sete abstenções do PS e do CDS/PP. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 17/02/09 a 03/04/09. -----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Começa por destacar cinco matérias: Na primeira faz referência a três novas obras adjudicadas da área da educação, que já têm candidaturas a Fundos Comunitários aprovadas e que são as ampliações das Escolas da Coutada, Vale de Ílhavo e Presa/Légua, denominadas a partir do final da obra de Centros Escola, visto abranger as valências de Escola, Jardim de Infância e ATL/refeitório. Diz ser mais um passo no cumprimento da Carta Educativa do Município, que está a receber o seu primeiro processo de monitorização, sendo posteriormente apresentado à Assembleia Municipal o seu respectivo relatório; Como segunda referência destaca a abertura do concurso público da 1.ª Fase da Circular Nascente à Cidade de Ílhavo, que servirá de enquadramento de infra-estrutura rodoviária para importantes investimentos públicos e privados que se vão desenvolver devido à sua concretização; Em terceiro refere, que com a adesão ao Cartão Jovem Municipal, Ílhavo passa a pertencer aos 15 municípios do país que têm um cartão que conjuga a modalidade nacional e europeu com a municipal. Congratula-se por ter assinado o protocolo com a Movijovem e de este ser já um sucesso nos primeiros dias de actividades, enaltecendo que são já 50 entidades privadas do município que aderiram ao Cartão, possibilitando uma maior oferta e incentivo aos jovens no usufruto de equipamentos e do comércio local; Em quarta referência, faz destaque ao Centro Cultural de Ílhavo, que no seu balanço de primeiro ano de funcionamento, é bastante positivo e visível o seu sucesso local e regional, com eventos de importância nacional. Indica que este sucesso advém para além da produção cultural, gerido directamente pela Câmara Municipal, advém também do tecido associativo municipal de qualidade; Termina como quinta referência, dizendo que em assuntos sociais, houve uma importante reunião do Concelho Local de Acção Social em Março, onde houve uma análise do trabalho do primeiro ano do Atendimento Social Integrado e à forma como estão a ser usados os mecanismos de apoio social pelas 32 instituições públicas e privadas que trabalham nesta área no município. Foram cadastradas virtudes e defeitos, tendo sido discutidos novas formas para que este Atendimento seja um instrumento de apoio, principalmente em circunstâncias actuais de crise. Do conjunto de acções em desenvolvimento nesta área, destaca a 2.ª Edição do Programa de Bolsas de Estágio de Trabalho, de forma a proporcionar aos jovens o seu enriquecimento de formação e indutoras da criação de novos postos de trabalho. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Flor Agostinho: Faz referência ao protocolo de Cooperação ente a Câmara Municipal e a APA – Administração do porto de Aveiro, registando com satisfação, levando a efeito um conjunto de acções de interesse múltiplo através da cooperação nas suas competências, melhorando a qualidade de vida das populações que usufruem da actividade de ambas as entidades mencionadas. Assim, questiona o que se prevê a curto, médio prazo com a aplicação deste protocolo. -----

--

Sobre o Conselho Local de Acção Social, manifesta agrado por verificar que 32 associações têm apoio permanente no Atendimento Social e Integrado, destacando que para além de se ter analisado o seu funcionamento durante um ano, foi também actualizado o diagnóstico social do concelho, visto que a crise social e económica do país tem afectado imensas pessoas. Congratula-se por verificar que as associações envolvidas estão de forma integrada a resolver os mais variados problemas registados no

Concelho. -----

Destaca ainda, o apoio a serviços e equipamentos a instituições de carácter social pela Câmara Municipal, conforme tem feito em anos transactos, demonstrando que a colaboração financeira às associações, possibilita ao concelho um tecido associativo dinâmico. -----

Jorge Tadeu: Salienta o primeiro aniversário do Centro Cultural de Ílhavo, relembrando que aquando da sua inauguração afirmou que a participação do público nos primeiros três meses de programa era já uma aposta ganha, prevendo que os espectáculos de qualidade diversificados iriam fomentar uma maior procura por parte da população. Entretanto, e passado um ano, congratula o Presidente da Câmara e o Director do Centro Cultural, bem como toda a sua equipa. Relembra que, no que respeita ao Centro Cultural, tudo foi posto em causa pelos partidos da oposição, desde a localização do equipamento, ao fracasso por falta de público, falta de qualidade ou financiamento de espectáculos, de não servir a comunidade, nomeadamente as associações, demonstrando atitudes do “Velho do Restelo”. Foi a sensatez do Executivo em avançar com este projecto, que a população tem ao dispor um equipamento e serviços de qualidade. Termina, dizendo que os números apresentados demonstram a satisfação da comunidade. -----

Hernâni Santo: Pergunta o porquê em tanta satisfação dos participantes no Seminário Náutico do Município de Ílhavo. -----

Congratula-se pela implementação do Cartão Jovem Municipal, programa defendido pela JSD, visto que será benéfico aos jovens e aos comerciantes locais. -----

É com satisfação que vê a aplicação do Programa de Bolsas de Estágios de Trabalho, visto que mais uma vez permitirá dar ânimo aos jovens. Lamenta que outros não concordem consigo, nomeadamente a Juventude Distrital Socialista ao dizer que Ílhavo é um concelho em decadência, quando essas afirmações não correspondem à realidade. -----

Mário Júlio: Enaltece o trabalho que a Câmara Municipal tem feito em prol da Educação no Município, visto ser contínuo e coerente, destacando a adjudicação de mais três Centros Escolares, a existência de Acordos de Cooperação com as Associações de Pais, demonstrando a multidisciplinaridade de acção municipal em vários programas. Afirma que é este trabalho contínuo e não as medidas avulso de instabilidade que dão esperança para a qualidade na Educação. -----

--

Manuel Soares: Faz referência à aplicação da Taxa de Recursos Hídricos pela ARH Centro, dizendo que tem afectado empresas e municípios. Por se encontrarem em área de jurisdição da APA ou por se encontrarem em Área de Zona Delimitada, a Costa Nova, Barra, São Jacinto e os canais urbanos da cidade de Aveiro ficaram imunes a esta taxa. Lamenta que estas elevadas taxas estejam a ser aplicadas a moradores em zonas delimitadas por estradas municipais, zonas ribeirinhas, bem como a proprietários de viveiros de bivaldes e de pisciculturas. Termina dizendo que a ARH Centro tem responsabilidade em vários problemas relacionados com o mencionado anteriormente, apelando a taxas mais justas. -----

Francisco Grangeia: Confirma que o PS pôs em causa a localização do Centro Cultural, mas nunca a qualidade da sua programação. Quanto ao balanço da sua actividade, solicita a apresentação de um relatório com as receitas e despesas dos últimos seis meses do Centro Cultural para respectiva análise, colocando em causa a sua sustentabilidade financeira. -----

Eduardo Ferreira: Da análise à actividade municipal, destaca a atribuição de três fogos que se encontram devolutas e que a sua atribuição é feita de acordo com a lista de classificação dos candidatos admitidos, e por isso questiona quais as obras realizadas nestas habitações. -----

Confirma que o CDS/PP não aprova a localização do Centro Cultural, revelando que na sua análise verificou através dos números apresentados que a média por espectáculo é de aproximadamente 250

pessoas, o que diz significa ocupação de metade da sala. Por isso, questiona se os espectáculos estão a ser bem publicitados e se os bilhetes não serão demasiado elevados, para apenas encher metade da sala.

Quanto à discussão da aplicação das taxas hídras, entende que este assunto deveria ser tratado em Assembleia Municipal específica, de modo a que se procedesse à emissão de um documento oficial para repudiar o abuso na aplicação das mesmas. Realça ainda que grande parte da zona ribeirinha em que as taxas são aplicadas não tem manutenção, tanto em termos de beleza física, como em segurança para pessoas e veículos.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

---2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Inicia a sua intervenção dizendo que o Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a APA honra compromissos de

ambas as entidades, respeitantes ao jardim Oudinot, à 3.ª Fase da Via de Cintura Portuária, à deslocalização do Bairro de Etnia Cigana da zona da Bresfor e ao futuro relacionado com a distribuição de responsabilidades e afectação de custos do Jardim Oudinot, dos quais a água e energia eléctrica são da competência da APA e as restantes da Câmara Municipal, tal como a concessão de um Bar de Praia e um Restaurante, bem como a gestão do ancoradouro do caldeirão ao Fórum Náutico do Município. Em comum fica a responsabilidade em planeamento e em se encontrar investidores para a unidade hoteleira para o Forte da Barra. Resume a responsabilidade financeira neste processo, em que a APA investiu 25% na obra do Jardim Oudinot, no valor aproximado de 850 mil euros e a Câmara Municipal assumiu um valor aproximado na comparticipação da 3.ª Fase da Via de Cintura Portuária, que tem acesso à zona residencial envolvente, demonstrando a boa cooperação institucional.

Responde ao membro Jorge Tadeu que é bom lembrar o bom trabalho e sustentabilidade financeira do Centro Cultural àqueles que querem denegrir essa imagem. Relembra que ainda há dinheiro por receber do Programa Operacional da Cultura referente à obra.

Indica ao membro Eduardo Ferreira que a análise ao centro Cultural tem de ser feita com mais cuidado, visto que há workshop's com ocupação a 100% dirigido às famílias ao domingo de manhã, salientando que o auditório não serve para ocupar todas as actividades do Centro. Refere também que as sessões de cinema nunca são de ocupação total, visto que não há salas de cinema de 505 lugares completas, e por isso a adesão de aproximadamente 70 lugares é favorável, realçando que é uma aposta assumida e contrária a outras salas de espectáculo equiparadas.

Sobre a intervenção do membro Hernâni Santos, diz que o público-alvo do Seminário do Fórum Náutico foi maioritariamente constituído por alunos da Escola Secundária de Ílhavo, possibilitando a divulgação directa de informação na área de desporto, suportada pelo lançamento da Agenda Náutica que compila todas as acções planificadas para o ano civil. Subscrive a crítica apresentada por este à Juventude Socialista, agradecendo o apoio político, lamentando e referindo que a visita da JS ao centro histórico iria permitir ter a percepção de que está a ser feito uma das mais importantes acções de qualificação urbana e que em simultâneo concilia com acções de investimento na área social, feita pela IPSS Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente o Hospital de Cuidados Continuados.

Quanto ao Programa das Férias Divertidas, mencionado pelo membro Mário Júlio, refere que este vem apoiar as famílias, tendo esta terceira edição sido um sucesso, encontrando-se já em preparação as destinadas às férias de verão.

Responde ao membro Manuel Soares, relativamente à aplicação das taxas, foram vários pontos de vista do PS, nomeadamente aquele em que tenta entregar à Câmara o ónus desta questão, sem saber que é necessário obter conhecimento da matéria referente a re-delimitação de Domínio Público Hídrico e seu quadro legal e o exposto por ele. Explica que a ARH-Centro tem funções administrativas, sendo este processo conduzido por despacho pelo Ministro do Ambiente. Subscrive a sua intervenção pelo seu

objectivo, acrescentando que a primeira entidade que veio denunciar esta matéria foi a Câmara Municipal no Seminário do Fórum Náutico com formalização ao Ministério, mas que outros também o formalizaram, nomeadamente a Câmara Municipal da Murtosa. Posteriormente, o Presidente da Câmara Municipal da Murtosa e ele na função de Presidente da CIRA reuniram-se com a Presidente da ARH-Centro e o Ministro do Ambiente exigindo uma posição urgente nesta matéria. Como reforço, a ANMP tomou uma posição nacional de dar como orientação política para ninguém pagar a taxa de recursos hídricos, fundamentada em motivos legais. Todo este trabalho tem sido de colaboração com as diferentes entidades e associações com interesse nesta matéria, como forma de defender os interesses da comunidade. Indica que a aplicação da lei da água e dos princípios da directiva comunitária estão correctas, somente a aplicação dos valores das taxas são inadequados. Faz ainda referência à existência inadequada da aplicação da taxa dominal sobre propriedade privada e que nenhum Governo conseguiu resolver, administrada pela Comissão Nacional de Domínio Público Marítimo. -----

Elucida o membro Francisco Grangeia que a oposição foi sempre contra a localização do Centro Cultural, da Piscina da Gafanha da Nazaré, da Piscina de Vale de Ílhavo e do Museu Marítimo de Ílhavo, tendo formalizados com actos públicos onde não há argumentos e, por isso, o tempo e os cidadãos vêm dar razão ao executivo municipal. -----

Responde ao membro Eduardo Ferreira que devoluto significa desocupado e não degradado, no entanto as habitações foram entregues nas devidas condições. -----

--

Responde a algumas questões apresentadas no PAOD, dizendo que o Caminho do Praião faz parte do projecto de qualificação do Polis da Ria e que o processo da Biblioteca está em Tribunal, mas devido à implementação do Novo Mapa Judicial da Comarca do Baixo Vouga, esse processo vai transitar para o Tribunal de Aveiro, o que irá implicar mais atrasos na sua resolução. Quanto a assuntos relacionados com a gestão do saneamento, informa que brevemente irá ser apresentado um novo modelo de gestão à Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Jorge Tadeu: Congratula-se por verificar que a oposição já denota sucesso na gestão do Centro Cultural, por isso, acredita ser possível num futuro próximo que venham também defender a sua localização. Subscreeve a intervenção do membro Manuel Soares com as ressalvas do presidente da Câmara Municipal. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo este prescindido. -----

--

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2- Apreciação e votação da Prestação de Contas 2008 – Relatório e Contas; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Refere que o ano 2008 foi extraordinário em obras, destacando o Jardim Oudinot, o Centro Cultural de Ílhavo, a 1.ª Fase da Obra de Saneamento da Gafanha da Encarnação e Carmo, Ciclovia da Barra e os vários eventos ao longo do ano, tais como: as Comemorações dos 110 Anos do Município, o Festival do Bacalhau e a Regata dos Grandes Veleiros. Por isso, uma das entidades a condecorar no Feriado Municipal será a Sail Training International em nome do trabalho de colaboração e no aprofundar de outros acontecimentos futuros. -----

Foi um ano de equilíbrio financeiro da gestão das contas da Câmara, onde houve redução das despesas de funcionamento e a decisão de aumentar a dívida devido à obra do jardim Oudinot, mesmo sem receber qualquer verba dos Fundos Comunitários que ainda se encontram cativos. Entende que foi uma boa aposta, que envolveu muito trabalho da Câmara e da CIRA, realçando a contratualização do QREN, a Nova Entidade Regional de Turismo, entre outros. Termina, dizendo que em seu entender faz uma análise muito positiva. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Rui Pereira: Indica que o Relatório de Contas de 2008 reflecte as lacunas verificadas em Ílhavo. Reconhece que o Concelho se desenvolveu nestes últimos anos, referindo que também se deveu a investimento da Administração Central, destacando as obras na Ponte da Barra, no Porto de Aveiro e na sua ligação ferroviária, via da cintura portuária, bem como do previsto investimento da Polis da Ria. -----
Da análise ao Relatório, verifica a inacção e falta de perspectivas da Sociedade Mais Ílhavo que foi apresentado como “bandeira” deste mandato. Assim, questiona o que foi realizado por esta. Dado não ter visto obra feita e baseado no pretexto de se fazer obra a todo o custo, pergunta se é legítimo hipotecar o futuro dos ilhavenses, em especial os jovens, aumentando a dívida do Município. -----
Verifica também as fragilidades da Câmara Municipal na recuperação urbana em todas as freguesias do Concelho, a falta de investimento na ZIM, nomeadamente na omissão de criação de passeios, jardins, sinalética, entre outros. -----

Refere que apesar das potencialidades turísticas do Concelho, há investimentos apenas no papel, tais como: Resort Turístico da Costa do Sol, Marina da Barra, Quinta da Ermida e Quinta da Boavista. Entende que é fundamental criar condições para atrair investimento, criando zonas industriais com condições e zonas de lazer e habitacionais agradáveis para viver. -----

Destaca lacunas no apoio a idosos, sugerindo a criação de um cartão semelhante ao jovem para idosos e de um gabinete de apoio psicológico. -----

Na área da juventude, indica que está em falta a implementação de um Conselho Municipal de Juventude. Em termos de Planeamento estratégico, verifica um atraso no aproveitamento de algumas parcelas, nomeadamente a Colónia Agrícola, no PDM e Planos de pormenor, o que impede o desenvolvimento harmonioso do Concelho. -----

Salaria que o relatório demonstra que o saneamento básico continua sem abranger o concelho na sua totalidade. -----

Jorge Tadeu: Agradece a qualidade do trabalho apresentado pelos serviços da Câmara, visto que permite a leitura exacta do trabalho e da sua situação económico-financeira. Da sua análise, e no papel de um munícipe colocaria as seguintes perguntas: é possível aceder aos documentos base deste relatório, isto é saber o grau de transparência da Câmara às suas Contas; qual a saúde das Contas da Câmara, ou seja, estão equilibradas no curto prazo e está garantida a sustentabilidade da autarquia, isto é há liquidez disponível para assumir as suas responsabilidades, através da estrutura de custos e de financiamento da autarquia; está o dinheiro dos impostos a serem bem aplicados, isto é existem eficácia e eficiência na sua gestão; quais os investimentos da Câmara, isto é que tipo de acções ou investimentos em equipamentos públicos têm sido efectuados. -----

Entende que o executivo municipal ao colocar as suas contas no site da Internet, não poderia ser mais transparente, visto que está disponível a sua consulta a qualquer cidadão. -----

Sobre o estado de saúde das Contas da Autarquia, verifica que apesar da descida dos Resultados Operacionais, motivado pela descida da receita, no que respeita à cobrança de impostos e taxas de aumento da rubrica de fornecimento de serviços externos, conforme análise económico-financeira, consegue-se cobrir 3,3 vezes o valor do serviço da dívida. -----

Na sua análise a longo prazo, indica que convém olhar para o valor da dívida e para o seu comportamento previsível nos próximos anos, isto é, apesar de um aumento total no valor da dívida face a 2007, esta se deveu a um aumento do valor de dívidas a fornecedores, motivado principalmente pelas obras do Jardim Oudinot, cujo valor de comparticipação comunitária ainda é desconhecido, quando a dívida de médio e longo prazo tem uma diminuição de 5,90%, correspondendo a cerca de 800 mil euros à diminuição da dívida bancária. Entende que se justifica o recurso ao endividamento, como forma de aumentar a qualidade de vida das populações, desde que o mesmo seja racional, sensato e controlado, conforme acontece neste Município. -----

Perante estes factos, conclui que em 2009 irá haver uma descida do endividamento geral da Câmara, motivado pela descida de taxas de juro e pela recente aprovação pelo Governo da candidatura da Câmara Municipal ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado. Assim, verifica que haverá uma situação de equilíbrio controlado nos custos e nos investimentos. -----

Quanto às acções desenvolvidas e equipamentos públicos colocados à disposição da população durante o ano 2008, parece-lhe ter sido um ano extraordinário. Destaca: o Centro Cultural de Ílhavo, o Jardim Oudinot, o Saneamento Básico na Gafanha da Encarnação e Carmo, a Ciclovia da Barra, Festival do Bacalhau, Semana Jovem, Mar Agosto, Regata dos Grandes Veleiros, entre outros. -----

Diz que nesta sua análise, considera respondidas as suas questões, reforçando que a Câmara Municipal possui contas transparentes e acessíveis, gere de forma equilibrada e controlada as despesas, com eficiência e eficácia; e graças à sua capacidade de realização, tornou 2008 num ano ímpar no que respeita a acções efectuadas e a obras concluídas. -----

Flor Agostinho: Baseado na Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na alínea c) do n.º 2 do art.º 53, onde diz que compete à Assembleia Municipal apreciar e votar os documentos da Prestação de Contas, bem como o n.º 6 do mesmo art.º que a proposta apresentada pela Câmara referente à alínea c) não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece de devida fundamentação quando rejeitada. Portanto, afirma que neste quadro legal e apreciadas as referidas Contas, não irão rejeitar a proposta por não ver qualquer impedimento legal ou contabilística que fundamente tal razão. No entanto, estranha quando verifica que documentos sem qualquer fundamentação legal que possa merecer acolhimento pela avaliação posterior do Tribunal de Contas, que tem competência para avaliar a regularidade formal do cumprimento da aplicação dos normativos legais aplicáveis. Assim, demonstra apreciação global positiva da Prestação de Contas, uma vez que traduz a execução de obras importantes para o Concelho e a realização de eventos que dignificaram e deram qualidade de vida aos Ilhavenses e projectaram o nome do Município. -----

Eduardo Ferreira: Lamenta não concordar com as afirmações do Presidente da Câmara ao referir que os três pilares de 2008 foram o Centro Cultural, a Regata dos Grandes Veleiros e o Festival do Bacalhau, visto que entende que as duas últimas foram de curta duração e de parca promoção do comércio local. Votará contra, justificando que em relação ao Mapa de Controlo de Despesas tornou público que há a despesa elevada por pagar, bem como elevada receita por cobrar, questionando o porquê; no plano de actividades há um elevado compromisso por pagar, o que torna fácil fazer obra sem a pagar a curto prazo; elevado desvio na rubrica funções sociais, nomeadamente na dinamização da Protecção Civil, questionando o seu porquê e quanto ao Centro Cultural de Ílhavo verifica que a sua obra deu origem a elevados custos. Através desta análise, questiona pela realização de passeios, saneamento e aplicação de projectos de parcerias público-privadas. Verifica também que lhe parece que a Câmara Municipal deixou de ter capacidade de assumir compromissos com a Banca, visto que o valor continua equiparado a anos anteriores. Estranha outros valores como o resultado líquido positivo deste exercício, bem como é possível ter um saldo positivo, quando não vê medidas como o diminuir taxas de serviço, como a da água e outra que melhorem a qualidades de vida dos munícipes. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Comenta que as

matérias abordadas pelo membro Rui Pereira são repetitivas, visto que o Vereador Pedro Martins já as tinha referido em Reunião de Câmara. Da sua intervenção confirma que há medidas que foram tornadas práticas por este Governo que nenhum outro o tinha feito e que eram reivindicadas há vários anos. No entanto, chama à atenção para a referência de obras que ainda estão em curso, quando o que está em análise é o ano 2008, onde foi terminada unicamente a obra da Ponte da Barra. Lamenta que existam outros compromissos em obras terminadas e que não estejam a serem utilizadas com serviços à comunidade, tal como a Extensão de Saúde da Barra. Aguarda que com a renovação da equipa consiga resolver o problema. -----

Quanto à Sociedade Mais Ílhavo, explica que continua a aguardar pelo financiamento da Caixa Geral de Depósitos para avançar com o seu pacote de obra. -----

Sobre o PDM, os Planos de Pormenor, a Marina da Barra e a situação da Colónia Agrícola continuam num impasse devido a indecisão do Governo. -----

Responde ao membro Eduardo Ferreira, que a sua análise é bastante confusa em conceitos técnicos, o que induz a conclusões incorrectas. -----

Agradece as intervenções dos membros Flor Agostinho e Jorge Tadeu pela sua objectividade e rigor. -----
O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Eduardo Ferreira: Lamenta que ninguém fale de números na respectiva análise, visto que é de difícil leitura. No entanto, refere que o nível de execução das actividades municipais quanto aos pagamentos foi de apenas 42%, demonstrando que de 10 milhões gastos em actividades foram apenas pagos 4 milhões. Solicita esclarecimentos sobre o controlo da receita e a dificuldade em obter a receita inicialmente orçamentada no valor de 48 milhões de euros, tendo somente obtido 25 milhões de euros, visto que este números não são discutidos em Assembleia, como também não é discutida a situação líquida. -----

Francisco Grangeia: Destaca o nível de endividamento em mais de 30 milhões, tais como: 17,8 milhões a fornecedores; 12,7 milhões, encargo anual de juros de 1,2 milhões e 60% despesas correntes de funcionamento vão continuar a hipotecar o futuro do Município. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Esclarece o membro que os números apresentados são a comparação entre receita de execução do ano de 2007 com ano de 2008 e não receita com orçamento. -----

Responde ao membro Francisco Grangeia, que o Concelho não está com o futuro hipotecado, visto que tem sustentabilidade financeira e tem capacidade de solver os seus compromissos. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor do PSD, sete votos contra (6 PS e 1 CDS/PP) e uma abstenção do membro Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

“Considerando que: -----

- O Relatório e Contas de 2008 são o reflexo da gestão desastrosa que tem vindo a ser feita neste Município. -----

- Continua-se com um nível elevadíssimo de endividamento, mais de €30 milhões, com uma dívida a Fornecedores de €17,8 milhões, à banca de €12,7 milhões obrigando o Município a suportar um encargo anual de juros de quase €1,2 milhões. -----

- A CMI gastou aproximadamente 60% dos seus proveitos apenas com as despesas de funcionamento, valor que se virá a agravar sem que se vislumbre uma probabilidade séria de se inverter essa tendência, hipotecando-se para o futuro a capacidade de investimento do Município. -----

- Como consequência das erradas estratégias políticas seguidas pelos executivos PSD nesta Câmara, o Município de Ílhavo continua a manter, reiteradamente, a sua reduzida capacidade para gerar receitas que o possam sustentar, designadamente, ao nível das taxas e licenças. -----

-No último ano, verificou-se mais uma vez, a persistente incapacidade do executivo PSD em trazer para o Município de Ílhavo novos investidores e projectos de desenvolvimento industrial e turístico, o que prova que o Executivo Municipal não tem uma estratégia global credível que potencie o facto de pertencermos a uma zona geográfica que consideramos a todos os títulos privilegiada. -----

- Persiste-se num crónico défice de políticas sociais desta Câmara e que deveriam assumir uma maior importância quando se assiste à crise económica e financeira que o Mundo vive. -----

- Este executivo capitulou em concretizar a cobertura total de saneamento básico, factor essencial para um desenvolvimento pleno e com graves falhas na cobertura do Concelho. -----

- Mantém-se u profundo e persistente entorpecimento político, técnico e intelectual no desenvolvimento e concretização dos instrumentos de planeamento urbanístico e de ordenamento do território, sendo exemplo a revisão do PDM, já de si tão desactualizado que se constitui hoje como um obstáculo ao desenvolvimento de Ílhavo. -----

- A sociedade “Mais Ílhavo”, bandeira da maioria PSD para este mandato 2005-2009, nada realizou, nada fez, sendo pouco crível que algo venha a ver a luz do dia. -----

-
Por tudo isto votamos contra este Relatório e Contas de 2008. -----

-
Ílhavo, 08 de Abril de 2009 -----

Os Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal -----

--
Ass) Francisco Grangeia” -----

MEMBROS DO PSD: -----

“Os membros desta Assembleia Municipal, eleitos nas listas do PSD, votaram favoravelmente as contas do Município de 2008, convictos de que estas consubstanciam um conjunto significativo de infra-estruturas, realizações e eventos, que foram disponibilizados aos munícipes para seu usufruto, na perspectiva de presentemente efectuar um forte investimento em obras, para que futuramente possamos rentabilizar esses espaços, designadamente aquando da previsível redução da disponibilização de fundos comunitários que se prevê a prazo. -----

Enaltecer, igualmente o trabalho do executivo municipal e de todos os trabalhadores do Município, que de forma empenhada e intensa, permitiram através do seu trabalho em equipa, não só a criação das condições técnico-processuais que possibilitaram a elaboração do presente relatório, com regularidade legal e conformidade com a Lei, mas também a concretização do elevado número de obras e acções que se encontram descritos no relatório desse documento, as quais empobrecem as políticas do Concelho e

obtem o acolhimento por parte dos munícipes ilhavenses. -----

--

Ílhavo, 08 de Abril de 2009 -----

Os Membros do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal -----
Ass) António flor Agostinho” -----

MEMBRO DO CDS/PP: -----

“1- Quando o PSD, sozinho, aprovou o orçamento para 2008, o CDS votou contra e enumerou diversas situações por não concordar com um orçamento exagerado na sua possibilidade de ser cumprido. Porque considerámos na altura, que o orçamento esquecia a questão humana e porque o considerámos um orçamento puramente político que não atendia nem à qualidade de vida nem à realidade deste concelho. -

2- Confirmadas que estão todas as questões equacionadas pelo CDS, verificamos que a realidade não era a que o PSD ilusoriamente aludia mas aquela que realmente se verificou. -----

3- No entanto, não entendemos como pode este executivo apresentar um lucro de 3 milhões 851 mil euros nem sequer um saldo em depósitos bancários de 3 milhões e 59 mil euros. Melhor seria que este executivo se preocupasse com o melhoramento da qualidade de vida dos munícipes. -----

4- Porque não concordamos que este executivo apresente dívidas a bancos e fornecedores em mais de 30 milhões e oitocentos mil euros hipotecando por completo o futuro financeiro deste município, -----

O CDS, vota contra as contas de 2008. -----

O Deputado Municipal -----

Ass) Eduardo Manuel Simões Ferreira” -----

Para uma melhor gestão dos serviços da Câmara foi proposto aos elementos da Assembleia, que apesar da hora tardia, procedessem à discussão do Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo esta aceite por unanimidade. -----

---O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3- Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e do Orçamento CMI 2009; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Explica que não há alteração política relevante, destacando apenas a introdução do empréstimo aprovado, conforme exigido por Lei. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

EDUARDO FERREIRA: Indica que o CDS/PP irá abster-se na votação. -----

--

FRANCISCO GRANGEIA: Dado ser apenas uma alteração administrativa, o PS irá votar favoravelmente. --

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---- 2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Agradece as intervenções efectuadas. Chama à atenção que esta Revisão não pagará actividades do Conselho municipal da Juventude conforme proposto pela Lei, dado a ANMP, em unânime, não concorda com a Lei, nem irá cumpri-la, aconselhando os Municípios a não instituir o Conselho Municipal, suscitando formalmente a inconstitucionalidade do Diploma por este interferir na autonomia política dos Municípios. Por isso, Ílhavo também não irá instituí-lo, cumprindo a decisão da ANMP. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor (15 PSD e 7 PS) e uma abstenção do membro do CDS/PP. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Dado o adiantar da hora foi dada a palavra ao público, não tendo havido a intervenção de nenhum Município. De seguida, informou que a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos vão ser transferidos para a próxima reunião a realizar no dia 18/04/09, dando esta reunião por finda pelas 01:05. --- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----
-

O Presidente da Mesa_____

O 1º Secretário_____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/06/09.